

### **Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas**

Ana Isabel Buescu  
Universidade Nova de Lisboa

*e depois que o homem assi foi criado foi razoauil e sabedor, e deshi uieron os homêes de geraçom em geraçom, e começaram a prouar as cousas, e os conhecimentos dellas, e uirom que aquelles que alguâs cousas sabem, tanto que morriam elles, os outros que depois dellas uinham, perdiam os saberes, por ende por se perceberem de se os saberes nom perderem, catarom as figuras das letras, e nomearomnas, e fizeram em como se per ellas nom perdessem os saberes: e entom começaram a escreuer livros, em que os puserom.*  
(D. João I, *Livro da Montaria*, ‘Prólogo’ 7 [Almeida ed.]

A belíssima reflexão acima invocada, da pena do rei D. João I (r. 1385-1433), trazendo para primeiro plano o poder das letras e dos livros na edificação e na preservação da memória das coisas e dos homens deve ser vista como uma parábola das profundas mudanças, também de carácter cultural, que ocorrem no Portugal da transição do século XIV para o século XV, marcado pela emergência de uma nova dinastia. Na verdade, por um conjunto complexo de circunstâncias de diversa ordem, o advento da dinastia de Avis representa, do ponto de vista cultural, um momento de grande singularidade na história portuguesa, consensualmente reconhecida por investigadores e estudiosos.

Sem pretender, já que não é esse o objecto do nosso estudo, sistematizar razões para que tal asserção seja uma realidade geralmente indiscutida, duas constatações parecem perfilar-se quando avaliamos o conjunto da produção cultural então realizada. Em primeiro lugar, e numa perspectiva comparada, a chamada “cultura dos príncipes de Avis” representa um dos raros momentos em que a criação cultural parece escapar à “fatalidade” da periferia, que condiciona a cultura portuguesa ao longo dos séculos, numa sintonia com o que se fazia noutras terras e noutros lugares que ainda hoje em certos aspectos surpreende. Em segundo lugar, ao situar-se decisivamente num meio social bem definido –a corte régia– pela primeira vez se desenha de forma nítida em Portugal o papel da corte na produção de modelos culturais, facto que testemunha a profunda mutação então em marcha relativamente ao quase absoluto predomínio, no quadro medieval, de uma cultura clerical produzida em meio monástico, e anuncia o lugar da corte na criação e na vida cultural ao longo da Época Moderna. Aliás, o lugar que o livro e a cultura letrada iam ganhando na corte de Avis com o exemplo dos próprios príncipes exprimia, de modo mais amplo, a forma como a aristocracia progressivamente integrava, a par das *armas*, o interesse pelas *letras*, num processo que deve ser visto num âmbito peninsular, dado o relevo das relações culturais na

primeira metade do século XV, depois de alcançada a paz, entre a corte de Avis e a corte castelhana (Freitas de Carvalho 77-82; Monteiro 89-103; Santos 243-74; Salazar 215-26).

A produção literária dos príncipes de Avis, em particular de D. João I, D. Duarte (r. 1433-38) e do infante D. Pedro (†1449), que faz deles, em simultâneo, protagonistas e agentes da vida cultural, declina-se também através de outras acções e actividades, que não são fruto da fortuna, do mero gosto ou do acaso, mas que compõem uma acção em que podemos divisar certa coerência, como é o caso da tradução de autores clássicos e da constituição de bibliotecas, num quadro de expressiva e consciente interacção cultural, como dissemos, no contexto peninsular e até europeu (Piel 1986 [1948], v-XL; Nascimento 1993a; Pinho 129-53). Se bem que uma análise dos contornos, alcance e significado da cultura literária na corte de Avis permita e até postule outras abordagens, a que faremos aqui tomará como base, num arco cronológico que nos levará até aos primeiros anos do século XVI, os inventários das livrarias régias em Portugal, com algumas breves incursões noutras listagens conhecidas procurando, através delas e dos livros que as integram, compreender alguns dos caminhos das relações entre os reis e os livros no Portugal da transição entre a Idade Média e os tempos modernos.

O inventário da livraria de D. Duarte (Braga 209-28; Piel 1942, 414-16; Dias 206-08) é um precioso rol cuja composição permite aferir algumas das principais orientações culturais da corte de Avis, de que as mais relevantes são a afirmação de uma cultura laica de cariz aristocrático, no quadro acima referido, em articulação com a natural e forte presença de uma cultura clerical, a reflexão sobre o poder e os grupos dirigentes, própria de uma dinastia recentemente instaurada, o desenvolvimento de uma historiografia régia e senhorial que iria suplantar a tradição cronística e analítica peninsular que culminara na monumental *Crónica de 1344*, e a emergência de traços e formas do nascente humanismo renascentista. Vejamos então alguns aspectos relativos à sua composição, não sem assinalar, desde logo, a dimensão desta livraria que ultrapassa em pouco os oitenta títulos, o que faz dela, em termos comparativos e mesmo tendo em conta possíveis ausências, bem uma biblioteca do seu tempo. Recordemos, apenas a título isolado de comparação, que a livraria do rei Richard II de Inglaterra (1367-99) integrava menos de vinte livros e que a de seu tio Thomas Woodstock (†1397), duque de Gloucester, “by far the largest collection of which evidence remains from the reign of Richard II” (Scattergood 32-33), não ia além dos cento e vinte volumes. Por seu turno, para trazer aqui o exemplo de um dos maiores amantes e colecionadores de livros da segunda metade do século XIV, Jean, duque de Berry (1340-1416), a sua celebrada e riquíssima biblioteca, que integrava alguns dos mais extraordinários manuscritos da iluminura europeia, como são alguns dos seus *Livros de Horas*, era composta, entre livros profanos e livros religiosos e de devoção, por cerca de cento e cinquenta volumes (Longnon & Cazelles 5-23). Com o aparecimento da imprensa, as bibliotecas privadas foram-se tendencialmente tornando

maiores mas ao longo do século XVI, mesmo dentro das elites, a sua dimensão, pese embora a existência de alguns casos excepcionais, não é extraordinária.

Também sob o ponto de vista dos conteúdos uma apreciação da livraria de D. Duarte nos permite afirmar estarmos perante uma biblioteca que exprime bem o entrecruzar de direcções entre uma cultura laica e a cultura clerical, o sagrado e o profano e orientações de gosto, muitas delas comprovando afinidades com outras bibliotecas laicas coevas, de que faremos uma leitura não exaustiva, mas procurando destacar algumas presenças relevantes. O inventário que chegou até nós, entre os pouco mais de oitenta títulos que o compõem (Dias 206-08), estabelece desde logo uma distinção inicial e “arquitectónica,” que não deixa de ser culturalmente significativa, entre as obras “*De latym*” e os “*livros de lingoajem*.” Seria interessante saber se esta divisão se refere a um critério de distinção entre as obras escritas em latim e em vernáculo por parte de quem se encarregou de estabelecer o inventário, ou se corresponderia a uma organização espacial do aposento onde se encontravam os livros, mas nada nos permite inferir sobre este aspecto. Em todo o caso, é interessante notar que as entradas relativas a obras escritas em linguagem é já substancialmente superior às obras latinas –pouco mais de vinte em latim, o restante em linguagem, não se distinguindo entre o português e o castelhano, mas estando seguramente ambos os idiomas representados, e até outros idiomas peninsulares, como é o caso das referências a uma obra de Valério Máximo e uma “*Historia de Troya “em aragoes”*” (Dias 208).

Entre as obras latinas encontramos com natural destaque a *Bíblia* e um conjunto assinalável de livros de temática religiosa, espiritual e de devoção –um *Pontifical*, um *Breviário*, uma obra sobre milagres de santos [*Miracula Sanctorum*]-, mas também a *Dialéctica* de Aristóteles, livros do celebrado filósofo árabe Avicena, se bem que sem a indicação de título, as *Epístolas* de Séneca, Valério Máximo, o “*regimento de príncipes picado d’ouro nas taboas e as Cobertoiras vermelhas*,” um livro de agricultura e outros que não permitem uma identificação rigorosa. De entre a mais ampla inventariação das obras em linguagem, vários núcleos se destacam, desde logo naturalmente as obras de carácter religioso –à cabeça das quais a *Bíblia*, talvez em texto integral embora sem indicação positiva de se tratar de uma tradução portuguesa, e ainda “*o liuro dos euangelhos*,” os “*Actos dos Apóstolos*,” mandados traduzir por D. João I, segundo testemunho de Fernão Lopes (Nascimento 1993b, 90)– o “*Genesy*,” um “*livro dos mártires*,” um “*livro dos padres santos em papel de marca mayor que foy de Yohão Pereyra*.” Note-se a presença de duas obras de Santo Agostinho –as *Confissões* e “*hum livro das meditações de santo agostinho que treladou o moço da Câmara*,”– testemunho explícito de que as obras do doutor da Graça existiam em tradução, provavelmente para português, na livraria régia.

Um outro núcleo se destaca de forma evidente, como sucedia aliás na generalidade das bibliotecas de príncipes –a presença da cronística e da historiografia, afinal a codificação das memórias dos grandes feitos e dos reis passados, a que os príncipes de Avis, protagonistas de uma descontinuidade política que era necessário legitimar,

concederam grande importância. Neste virar de página para uma Modernidade que se anunciava, mas que coincidia também, no caso português, com a instauração de uma nova ordem política, o desenvolvimento da historiografia régia visando a constituição de uma memória nacional teve um lugar decisivo no quadro da acção cultural dos príncipes de Avis. Foi D. Duarte quem concretizou o acto fundador desse desígnio, que consumava a ruptura com a tradição cronística peninsular, criando o cargo de cronista oficial do reino, no qual foi investido, por carta régia de 19 de Março de 1434, o guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopes (1380?-1459?), encarregado de “*poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em Portugal foram.*” Na livraria de D. Duarte existia um expressivo número de crónicas, como a *Coronica d Espanha* –talvez a *Crónica General de España* de Afonso X, que esteve na base da chamada *Crónica Geral de Espanha de 1344*, primeiro monumento da historiografia em Portugal, da autoria de D. Pedro, conde de Barcelos, filho do rei D. Dinis (r. 1279-1325). Que esta última existia na biblioteca de D. Duarte, em cópia quatrocentista profusamente iluminada, parece não haver dúvidas, pertencendo o códice, estudado por Lindley Cintra, à Academia das Ciências de Lisboa (Peixeiro 295-96; Cepeda 349 [cat 078 356]). Surge ainda neste inventário uma outra obra de natureza cronística singelamente designada como *Coronica de Portugal*, que não identificamos –ou seria uma referência à crónica de 1344? Há ainda referência a uma outra “*Coronica d Espanha em cadernos,*” e uma “*conquista d ultramar.*”

Respiçando outras referências, encontramos exemplos bem significativos e tão amados pela cultura medieval da ideologia aristocrática e cavaleiresca, como o *Livro de Galaaz* e da matéria da Bretanha, o livro de Merlim, (provavelmente uma tradução portuguesa de *Prophetiae Merlini* [c.1135] ou da *Vita Merlini* [c. 1148] do escritor galês Geoffrey de Monmouth [Santano Moreno 24], de que resta um fragmento na Biblioteca da Coroa de Aragão, em Barcelona), o “*livro de Tristam,*” de que hoje só se conhece um pequeno fragmento na sua versão galego-portuguesa (Rossi 414). E, claro, tal como sucedeu com os livros latinos, também entre os livros em linguagem encontramos a presença de escritores antigos como Séneca, um dos autores latinos de maior difusão e influência na cultura hispânica medieval (Blüher), Cícero, Júlio César, Valério Máximo, Aristóteles, dois livros de astrologia, e um *livro da quinta essencia*, obra de alquimia atribuída a Raimundo Lúlio. O livro de Marco Polo, esse extraordinário documento e testemunho da demanda medieval de outras paragens, encontra-se em duplicado entre os livros de D. Duarte, em “*latim e lingoajem,*” sustentando Teófilo Braga que a versão latina veio para Portugal pela mão do cosmopolita infante D. Pedro, oferecida pela senhoria da Sereníssima República de Veneza (Braga 210). E a memória daquilo que se deveu à pena de reis passados, como o “*liuro das trovas d el rey dom denis,*” ou o “*Liuro de monteria que copilou o vitorioso Rey dom Yohão ao qual deus de eternal gloria,*” cujo paradeiro havia de perder-se durante tantos séculos para vir à luz apenas no século XX, também as obras do próprio D. Duarte e de D. Pedro, que tão longamente permaneceram em idêntica e

silenciosa obscuridade. Este facto, pela sua importância e pelas suas consequências, justifica uma breve reflexão.

Na verdade, se as modalidades de circulação da cultura escrita, mesmo após o advento da imprensa, não podem ignorar a manutenção de circuitos específicos de circulação dos manuscritos, como de resto a moderna historiografia do livro tem procurado evidenciar e estudar (Bouza), a permanência manuscrita das obras culturais pode não ter esse destino, feliz, mas sim o da obscuridade e do esquecimento, como tantas vezes e com tantas obras cimeiras da cultura europeia sucedeu. De certa maneira, foi isso que aconteceu com a produção cultural dos príncipes de Avis, as obras que escreveram e compuseram, as traduções que ordenaram ou que eles próprios acompanharam. Vejamos brevemente este problema.

A primeira edição impressa do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, publicada em conjunto com a *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, data do século XIX [Roquette], tendo sido realizada com base num códice iluminado até então desconhecido, que Cândido José Xavier detectou em 1820 na Biblioteca Nacional de Paris –facto hoje controvertido, já que, de acordo com Léon Bourdon, o manuscrito de Paris fora já referenciado e copiado de forma rigorosa em 1804 pelo Abade José Correia da Serra, cópia que hoje se encontra na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (Bourdon 3-26). Um recente ponto de situação sobre o intrincado problema do itinerário deste manuscrito defende ser o manuscrito de Paris aquele que D. Duarte ofereceu à rainha D. Leonor de Aragão, sua mulher, que depois da morte do monarca o levou para Castela, entre os seus bens, e em certa altura foi integrado nos fundos da biblioteca do rei de França, proveniente da biblioteca dos reis aragoneses de Nápoles (Castro 109-24). Da descoberta na Biblioteca Nacional de Paris Cândido José Xavier deu conta, com minúcia e entusiasmo, mas também com desencanto, nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, notável publicação da emigração portuguesa em Paris no início do século XIX<sup>1</sup> (Queirós): “[...] os escriptos de tantos Monarchas, por mais de hum titulo interessantes à literatura nacional, e dos quaes huns jázem sepultados nas livrarias publicas, ou particulares, sem merecerem aos seus possuidores o generosos sacrificio de os darem ao publico, e a maior parte se extraviarão, ou inteiramente se perdêrão” (Xavier 1820a, b). A publicação ocorreu em Paris, por iniciativa de José Inácio Roquete com prefácio do Visconde de Santarém, em 1842,<sup>2</sup> seguindo-se nova edição em 1843, desta vez anónima. A edição crítica e autónoma do *Leal Conselheiro* é de 1942, e a da *Ensinança* de 1944, ambas da autoria de Joseph Piel.

---

<sup>1</sup> Publicação da iniciativa “*de huma sociedade de portuguezes residentes em Paris*,” que editou 16 tomos entre 1818 e 1822 com colaboradores notáveis, e cujos redactores foram, de início, Francisco Solano Constâncio, autor do importante *Discurso Preliminar* que antecede o Tomo I, Cândido José Xavier e José Diogo Mascarenhas Neto.

<sup>2</sup> Existem alguns exemplares com frontispício novo de 1854, o que tem originado alguma confusão quanto à data da 1ª edição, que é realmente de 1842.

Por seu turno, o *Livro da Montaria* de D. João I, a que significativamente Barbosa Machado não faz qualquer referência no elenco das obras do primeiro monarca de Avis (Machado 562-65), teve a sua primeira edição impressa em 1918 (Esteves Pereira), e o *Tratado da Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro permaneceria inédito até 1910, ano em que foi publicado o manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Porto, até então ignorado, em edição conjunta com o manuscrito quatrocentista da *Corte Imperial* –que também existia na biblioteca de D. Duarte. Também a tradução do *Livro dos Ofícios* de Cícero, da autoria de D. Pedro, foi apenas publicada em 1948 por Joseph Piel, com base no manuscrito existente em Madrid.

Esta breve –mas julgamos significativa– amostragem deixa bem clara a pertinência do problema da cultura manuscrita, e das questões que podem colocar-se, como dizíamos atrás, relativamente à efectiva importância cultural de obras em relação às quais deixou, muitas vezes, de haver memória. O caso da *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* de D. Duarte é bem o exemplo do que queremos sublinhar. Em 1741 Barbosa Machado faz na *Bibliotheca Lusitana* uma vaga alusão à obra *Da Arte de Domar Cavallos* do rei D. Duarte, com base em indicações de Duarte Nunes de Leão e Bernardo de Brito (Machado I, 721), alusão que manifestamente deixa entrever tratar-se de referência a obra perdida. Ora, como observa Joseph Piel, no “Prefácio” à edição crítica de 1944, “*O Livro de Cavalgar é nada menos –e aqui reside o seu capital interesse, ainda não posto em relevo– que o primeiro tratado de equitação da literatura europeia*” (Piel ed. 1944, VIII). Não funcionou, no entanto, como tal; para todos os efeitos, como sublinha Piel, a arte da equitação nasceu em Nápoles no início do século XVI, pela mão de Giovanni Battista Pignatelli, publicando um discípulo seu, Federico Grisone, em 1550, *Gli Ordini di Cavalcare*, objecto de numerosíssimas edições e traduções em toda a Europa, e que se tornou o modelo do género. O papel pioneiro de D. Duarte na sistematização da arte de domar e montar os cavalos ficava, assim, esquecido –desde logo na sua pátria de origem (Piel 1944, IX-X).

Voltando à biblioteca de D. Duarte. A literatura normativa destinada a príncipes e grandes senhores, com tão grande fortuna na Idade Média sobretudo a partir de finais do século XIII, tem um lugar de relevo neste inventário régio, e por isso lhe dedicaremos agora a nossa atenção. Tal facto é explicável pela realidade política, que faz destes príncipes, com natural destaque para a figura fundadora de D. João I (Coelho), os protagonistas de um novo ciclo político, com a consequente necessidade de afirmação ideológica e simbólica dos novos governantes e da nova dinastia. Neste contexto, não espanta que a reflexão sobre a educação e os deveres do príncipe traduzida na presença de uma literatura didáctica tenha uma expressão particular na corte de Avis. Essa reflexão é patente na produção literária dos próprios príncipes, mas também na preocupação em traduzir para vulgar um conjunto de textos cujo sentido global não parece oferecer dúvidas, no quadro do propósito em forjar uma tradição literária ao serviço de uma cultura política (Freitas de Carvalho 79). Vejamos um pouco mais em pormenor estes aspectos, começando pelas obras escritas pelos próprios príncipes de Avis.

Se bem que escritas com intuitos diferenciados, estas obras inserem-se no ambiente e interesses de uma corte letrada em que, para além do intrínseco amor aos livros e às letras, é evidente uma preocupação de intenção pedagógica que passa pelas figuras do rei e dos nobres. No *Livro da Montaria*, de D. João I, redigido entre 1415 e a data da sua morte, em 1433, que traz para primeiro plano uma das actividades mais caras e próprias à aristocracia e à realeza, a tónica é colocada na harmonização do corpo e do espírito, através da dimensão lúdica que o exercício da caça, desporto de reis e senhores, comporta. Para lá de outras considerações é de um grupo social bem definido que aqui se trata. Por seu turno, o *Leal Conselheiro*, livro de grande modernidade no seu tom por vezes quase confessional e intimista, em que se analisam situações psicológicas, sentimentos e estados de alma, deixa também transparecer uma codificação, ainda que pouco sistemática, de normas de conduta aristocrática, das quais o príncipe deve ser o principal modelo (Freitas de Carvalho 78); esta dimensão socialmente definida está presente ainda no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela*, considerado por Joseph Piel o primeiro tratado de equitação da literatura europeia, anterior em mais de um século ao nascimento da arte da equitação (Piel 1986, VIII-X). Finalmente, essa dimensão na sua vertente mais claramente política é muito expressiva no *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do infante D. Pedro e de Fr. João de Verba, com forte influência da obra de Séneca *De Beneficiis* –obra que encontramos na livraria régia– e cuja redacção pode situar-se entre 1418 e 1433 sendo dedicado a D. Duarte, ainda príncipe (D. Pedro, “Dedicatória” 530 [Almeida ed.]). Particularmente nesta última obra, que se organiza em torno da concepção de “benefício” e que, nesse sentido, se aplica a todos os estados da sociedade tal como esta era então representada, é visível uma preocupação particular sobre a condição de reis, príncipes e grandes senhores. Nessa perspectiva, ele insere-se na abundante literatura política, de que os *specula principis* são parte integrante, que pretende educar e formar o governante, estabelecendo um quadro de funções e deveres próprios do ofício régio (Merêa 185; Soares 289-314). O exemplar iluminado que D. Pedro ofertou a seu irmão, que permaneceu na biblioteca régia até data indeterminada, é provavelmente o códice da Biblioteca Municipal de Viseu (Cepeda cat 076 354). Desta obra existe um outro códice iluminado, que pertenceu a D. Pedro, filho do duque de Coimbra, que o terá levado para Espanha após o desastre de Alfarrobeira, integrando hoje as colecções da Real Academia de Historia, em Madrid (Cepeda cat. 77 355).

O inegável ascendente de uma literatura pedagógica e normativa na corte de Avis, em que se empenham de forma peculiar os próprios príncipes, para lá de constituir a expressão de uma cultura aristocrática (Monteiro 97-98), traz para primeiro plano a reflexão sobre o exercício do poder e, nessa medida, sobre a realeza. Neste sentido, os modelos mais determinantes do perfeito governante, constantes da já então ampla produção dos *espelhos de príncipes* medievais, condicionam de forma directa o conjunto da literatura dos príncipes de Avis (Monteiro 93). Podemos neste contexto compreender o “lugar” central das obras de Cícero e Séneca, por exemplo, e num

outro plano de uma obra como o *De Regimine Principum* (c. 1287) de Egídio Romano, que marca o triunfo da matriz aristotélica na literatura doutrinal destinada ao príncipe e será o modelo decisivo dos *specula principis* a partir dos finais do século XIII, como referência para o conjunto da literatura de Avis.

A obra de Egídio Romano era conhecida na corte e existia tanto na livraria de D. João I como na de D. Duarte, na qual surgem referenciados dois exemplares, um em latim e outro em vulgar (Dias 206-08). Segundo Zurara, era frequentemente lida na própria câmara de D. João I que, em 1415, a fez ler aos seus cavaleiros aquando da conquista de Ceuta. Joaquim de Carvalho considera que a referência de Zurara, na *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* (cap.8), à fala de D. João I, em 1415, acerca do “regimento de Principes, que muitas vezes em minha camara ledes e ouvis,” diz respeito à obra de Egídio Romano e não ao tratado, do mesmo nome, de S. Tomás de Aquino, o que nos parece verosímil, tendo em conta os conteúdos de uma e de outra obra (Carvalho 100-03; Dionísio 7-17). A obra de Egídio Romano é ainda várias vezes referida por D. Duarte no *Leal Conselheiro* (por exemplo caps. XXXVI, L, LI, LII e LIII ) e por D. Pedro na *Virtuosa Benfeitoria*, facto que comprova como esta obra existente na livraria régia era lida e circulava na corte. A importância do tratado de Egídio Romano na génese da *Virtuosa Benfeitoria* (Carvalho 105) e, de um modo mais geral, nas próprias “normas governativas dos dois primeiros monarcas da dinastia de Avis” foi evidenciada por Joaquim de Carvalho (Carvalho 99), dando corpo a uma presença que se manifestou ainda, de modo explícito, em Zurara e até, segundo Costa Lobo, em Fernão Lopes, nomeadamente no “Prólogo” da *Crónica de D. Pedro* (Carvalho 109; Lobo 91; Rebelo 95-98).

A presença na cultura da corte de uma literatura destinada ao príncipe e ao bom governo e a crescente importância da tradição clássica podem também ser aferidas pela preocupação em traduzir para vulgar um conjunto de textos cujo sentido global tem, como sublinhámos atrás, uma clara intencionalidade de ordem política. Neste esforço se empenhou particularmente o infante D. Pedro (1392-1449), figura central deste fervilhar intelectual, protagonista de um movimento cultural afinal inacabado cujo alcance e consequências podemos apenas divisar, uma vez que no quadro das dissensões políticas que culminaram numa dramática guerra civil ocorrida na menoridade de D. Afonso V, o infante encontrou a morte na batalha de Alfarrobeira (1449). A famosa e clarividente *Carta de Bruges* (1424-28), escrita ao rei seu irmão, espelha as suas opções e preocupações culturais de várias ordens, como a educação dos nobres, a elevação moral do clero, a reforma do ensino e da universidade, tornadas mais nítidas pelo contacto com outras realidades da Europa do seu tempo (Sá 1952). As suas viagens permitiram-lhe contactar com o humanismo nascente, sensibilizando-o para a necessidade do conhecimento directo e actuante dos autores clássicos e das novas direcções culturais que iam fazendo o seu caminho. Foi, sem dúvida, uma figura singular da história e da cultura portuguesas da primeira metade do século XV.

Além de ter moldado o seu *Livro da Virtuosa Benfeitoria* no *De Beneficiis* de Séneca, D. Pedro traduziu o *De Officiis* de Cícero, e o *De Re Militari* de Vegécio, e,



segundo Rui de Pina (Pina cap. CXXV 754 [Almeida 1977]) e Barbosa Machado, o *De Regimine Principum* de Egídio Romano. Esta atribuição está contudo longe de ser consensual, e enquanto Joaquim de Carvalho dá crédito à informação de Rui de Pina (Carvalho 1949, 64; Pinho 144-45), Joseph Piel atribui-a a Vasco Fernandes de Lucena (1948, XVII). Como tantas outras obras de extraordinária importância, também esta versão portuguesa de uma das obras da literatura política medieval de maior circulação europeia entre finais do século XIII e XVI, e que existia na livraria régia em dois exemplares se perdeu, embora tal facto pareça ter ocorrido bastante tardiamente. Na verdade, Alexandre Herculano parece ter visto ainda um fragmento do *Regimento de Principes* da livraria de D. Duarte (Moreira de Sá 1960, XV).

Como que reafirmando a importância da literatura política na corte régia no século XV, o infante D. Pedro ordenou ainda a Vasco Fernandes de Lucena a tradução de um dos modelos mais relevantes da literatura política desde a Antiguidade, continuamente revisitado e glosado desde os alvares da Época Moderna, o célebre *Panegírico* de Plínio a Trajano; e expressamente destinado à educação e à formação política de D. Afonso V (1438-81) o infante D. Pedro, então regente após a morte de D. Duarte (†1438), ordenou ainda ao mesmo Lucena a tradução para português da obra *De Ingeniis Moribus et Liberalibus Studiis* (1402-03) de Pier Paolo Vergerio (†1444), que o infante das “sete partidas” conhecera aquando da sua estadia na Hungria. Esta obra de Vergerio, que reflecte de muito perto os ensinamentos de Séneca, é considerada como o primeiro tratado humanista sobre educação, e gozou de enorme notoriedade nos séculos XV e XVI, sendo objecto de intensa difusão e circulação, quer manuscrita quer impressa (Robey 27-58; Garin). Desta tradução resta somente o prólogo, embora seja possível afirmar que ela existia ainda na livraria de D. João V (r. 1707-50), como consta de um inventário dos livros manuscritos da livraria do monarca, posterior a 1742 (BGUC cod. 1018 fol. 93 [*Index*]). Numa mesma linha de intenção política deve-se provavelmente também à iniciativa de D. Pedro, o *Tratado das Virtudes que ao Rei Pertencem*, ainda destinado ao jovem D. Afonso V, de que também só resta o prólogo, da autoria do mesmo Vasco Fernandes de Lucena (Piel 1948, V-XL).

Uma análise adequada desta problemática cultural-textual deve também ter em conta a dimensão das interacções culturais com o mundo hispânico, facto já sublinhado por Joseph Piel a propósito das condições que envolveram a tradução do *Livro dos Ofícios* por D. Pedro. Destaquemos a propósito o caso da presença em Portugal do bispo Afonso de Cartagena (†1456), conselheiro do rei João II de Castela (1405-54), responsável pela missão diplomática encarregada de ultimar o tratado da paz estipulada entre os dois reinos pelas tréguas de 1411. Oriundo de uma notável família de judeus conversos, Cartagena foi uma figura destacada nos primórdios do humanismo peninsular, assumindo notoriedade o seu esforço na tradução de autores clássicos, nomeadamente de Cícero e Séneca, do qual foi um dos mais importantes tradutores, sem dúvida o maior do século XV, e a polémica empreendida, nos anos

trinta, com Leonardo Bruni, que Cartagena criticou duramente a propósito das traduções de Aristóteles (Serrano; Blüher 133-48; Impey; Pagden).

Ora, é justamente no âmbito da sua estadia em Portugal, entre 1421 e 1423, que se repetiria entre Dezembro de 1424 e Abril de 1425, e de Setembro a Dezembro de 1427 (Serrano 126-27; Salazar 216), que devem situar-se as relações culturais, que se sabe terem sido intensas, estabelecidas com a corte portuguesa. Ainda que possam colocar-se alguns matizes à leitura de Abdón Salazar, que enfatiza de modo particular o papel de Cartagena no “despertar” do humanismo na corte dos príncipes de Avis (Salazar), o facto é que existe, sem dúvida, uma relação directa, já sublinhada por Piel, na iniciativa de D. Pedro em traduzir o *De Officiis* de Cícero, igualmente vertido por Cartagena para castelhano, chamando de resto Piel a atenção para as afinidades das duas versões (Piel 1948, XII-XIV). Aliás, Luciano Serrano refere que as traduções de Cartagena para castelhano do *De Officiis* e do *De Senectute* de Cícero foram realizadas em Portugal, a pedido de Juan Alonso de Zamora, secretário do rei, que acompanhava Cartagena na sua missão diplomática, pois o manuscrito está datado de Montemor-o-Novo, onde se encontrava então a corte portuguesa (Serrano 246-47).

Não pode também subestimar-se o facto de ter sido para D. Duarte, e de acordo com o seu pedido expresso, que Cartagena compôs um *Memoriale Virtutum*, a obra mais antiga de sua autoria, do qual só existe um exemplar na Biblioteca do Escorial (cota Q.ij.9), tratado em que se seguem de muito perto os preceitos aristotélicos da *Ética a Nicómaco*, e que o mesmo Cartagena parece ter traduzido para castelhano (Zarco Cuevas 221). A presença do *Memoriale Virtutum* na elaboração de certos passos do *Leal Conselheiro* é de resto bastante clara, sendo explicitamente referido por D. Duarte que invoca o “*Memorial das virtudes que das Heticas d'Aristotilles me ordenou o adayam de Sanctiago*” no capítulo L (Piel 1942, 207-08), a par, entre outros autores, de Egídio Romano (Salazar 219; 223-24). Também a pedido do mesmo D. Duarte, Cartagena empreendeu a tradução para castelhano da *Retórica* de Cícero, versão considerada ainda hoje como o mais antigo tratado retórico em língua castelhana, cujo único manuscrito conhecido pertence à Biblioteca do Escorial (Mascagna 7), tradução que dedicou, no respectivo “*Prologo*,” ao então príncipe herdeiro português:

Fablando con vos, príncipe esclarecido, en materias de sciencia en que vos bien sabedes hablar, en algunos dias de aquel tiempo en que en la vuestra corte por mandado del muy cathólico Rey, mi señor, estava, vino-vos a voluntad de haver la arte de la Retórica en claro lenguaje, por conoscer algo de las doctrinas que los antiguos dieron para feroso hablar; e mandastes-me, pues yo a esa sazón parescía hever algunt espacio para me ocupar en cosas estudiosas, que tomase un pequeño trabajo e pasase de latín en nuestra lengua la Rethórica que Tullio compuso. (*ibid.* 27)

Um ponto comum, significativo para a perspectiva que queremos sublinhar, subjaz ao conjunto dos textos referidos, conferindo-lhes uma coerência no que respeita à sua finalidade: todos eles denotam, de uma forma ou de outra, a preocupação pela reflexão sobre a educação do homem e, particularmente, sobre a formação política dos governantes e a dimensão ética do poder (Salazar 225).

A necessidade de ter em conta as relações com o universo cultural hispânico é também visível no que respeita ao *De Regimine Principum* de Egídio Romano, cuja versão castelhana, da autoria de foi feita, de acordo com o respectivo prólogo, c.1345, para a instrução do príncipe Pedro, futuro Pedro “O Cruel” (1350-69), por Fr. Juan García de Castrojeriz, e seria impressa em Sevilha em 1494. O trabalho de Castrojeriz, destinado a uma apreciável fortuna, consistia em duas partes distintas: uma tradução literal do tratado de Egídio Romano, e glosas e comentários da autoria do tradutor (Sears 4, nota 12). Foi esta a versão utilizada tanto pelo infante D. Pedro no *Livro da Virtuosa Benfeitoria* como por D. Duarte no *Leal Conselheiro*, particularmente na redacção dos capítulos sobre a virtude da prudência (L e LI [Carvalho 107-17]). Ainda segundo Joaquim de Carvalho, a versão utilizada por Zurara na *Crónica da Tomada da Cidade de Ceuta* (Liv. I, P. IV, cap. II) é igualmente a de Castrojeriz (Carvalho 118), tal como também se afigura muito provável que a célebre obra de Boccaccio, *De Casibus Virorum Illustrium*, que o mesmo Zurara cita na referida *Crónica*, o seja a partir da respectiva tradução castelhana. Esta obra de carácter ético-político, que apresenta casos, modelos e exemplos de chefes e soberanos, reflectindo a partir deles sobre a fragilidade da natureza humana, nomeadamente sobre a queda dos príncipes, gozou de enorme popularidade na Península Ibérica tendo sido em parte traduzida para castelhano por Pedro López de Ayala, e completada por Afonso de Cartagena em 1422, justamente aquando da sua missão diplomática em Portugal (Carvalho 153-56; Salazar 222-23). Curiosamente, e como já foi notado por Joaquim de Carvalho e A. Farinelli (Joaquim de Carvalho 155-56), apesar do teor da obra e das relações existentes entre D. Duarte e Cartagena, a *Caida de Principes* não figura no inventário da livraria deste rei, embora mais tarde venha a integrar, provavelmente na sua edição castelhana de 1495, a livraria de D. Manuel, como veremos.

Ainda no que respeita à presença desta literatura normativa na corte dos príncipes de Avis, registre-se a existência na livraria do rei D. Duarte, entre os “*Livros de lingoagem*,” dos *Segredos de Aristóteles*, facto que confirma a extraordinária fortuna, também em Portugal, deste texto cujas origens remontam aos séculos VII-VIII, mas que a época medieval considerou ser da autoria de Aristóteles, e cuja tradução para português seria infundadamente atribuída, a partir do século XVI, ao infante D. Henrique (†1460) (Buescu 1996, 276-77, nota 164). O *Secreta Secretorum*, de que existem inúmeras versões e variantes, e que registou a partir do século XIII uma imensa difusão em toda a Europa, constava fundamentalmente de um conjunto de preceitos e observações de carácter moral, prático e político, tomando a feição de um verdadeiro regimento de príncipes, destinado a Alexandre Magno, arquétipo do perfeito governante. No que respeita ao caso inglês, o *Secreta Secretorum* foi talvez o

espelho de príncipes mais divulgado na Inglaterra dos séculos XIV e XV (Scanlon 227; Manzaloui), influenciando o também muito difundido *Regement of Princes* (1411) de Thomas Hoccleve. A sua presença entre os livros de D. Duarte, em linguagem, confirma, também em Portugal, num quadro de irradiação peninsular (Bermejo Cabrero 85-104), a grande difusão desta obra que contempla a formação e as virtudes do perfeito príncipe, através do exemplo de Alexandre, e que D. Duarte expressamente cita a propósito da temática dos conselheiros do rei (D. Duarte [Piel 1942, 346]). É possível que o manuscrito de uma tradução portuguesa do *Secreta Secretorum* descoberto em 1937, em Roterdão, seja precisamente o manuscrito que pertenceu à livraria de D. Duarte, entretanto perdido (Sá 1960).

No rol da mesma livraria régia, também entre os livros de “*lingoagem*,” encontra-se uma outra obra que queremos aqui destacar por um conjunto vário de razões. Trata-se de *O Amante* -tal como vem designado no inventário-, tradução portuguesa da *Confessio Amantis* (1390) do poeta e moralista inglês John Gower (c.1330-1408), obra a que D. Duarte faz expressa referência no *Leal Conselheiro* (Piel 1942, 240). O longo poema de Gower dedica o Livro VII à educação de Alexandre por Aristóteles, tal como de resto acontecia, como vimos, com o *Secreta Secretorum*. Com efeito, o Livro VII da *Confessio*, directamente inspirado na já longa tradição dos espelhos de príncipes, pretende estabelecer o “retrato” do rei sábio, justo e virtuoso e do bom governo da república, orientado para o bem comum, o que vem reconfirmar, se preciso fosse, o peso que a literatura política e normativa tem no conjunto da produção literária e dos interesses intelectuais dos príncipes de Avis. Por outro lado, e para lá do valor intrínseco da *Confessio Amantis*, a sua presença em versão traduzida na livraria régia portuguesa na primeira metade do século XV tem ainda um outro significado de grande interesse: trata-se muito provavelmente do primeiro texto literário em inglês a ser objecto de tradução para qualquer língua vernácula (Russel 26). Essa tradução é a versão portuguesa que, existente na livraria de D. Duarte, se perdeu posteriormente. A identidade do tradutor era no entanto conhecida graças às indicações fornecidas pelo único manuscrito conhecido da versão castelhana da obra de Gower, existente na Biblioteca do Escorial, feita por Juan de Cuenca entre 1450 e 1454 a partir da tradução portuguesa, talvez a pedido de João II de Castela, que mantinha laços estreitos com a corte portuguesa, nomeadamente com o próprio D. Duarte (Santano Moreno 31; Cortijo Ocaña 1997, 1, e nota 2). Depois de uma obscuridade de séculos, em 1995 foi finalmente encontrada, na Biblioteca de Palacio em Madrid, a perdida e tão procurada tradução portuguesa da *Confessio Amantis* de John Gower, descoberta feita por António Cortijo Ocaña e Ángel Gómez Moreno, descoberta maior, quer no que respeita às relações da literatura anglo-saxónica com Portugal e Castela na Idade Média, quer para a própria história da cultura e da literatura portuguesas (Cortijo Ocaña 1997, 1-6; Cortijo Ocaña 1995, 457-65). Este manuscrito não corresponde, contudo, ao existente na livraria de D. Duarte, o que confirma a existência de mais do que uma cópia da *Confessio Amantis* em português, facto significativo no que respeita

à sua difusão na Península (Cortijo Ocaña 1997, 4-5; Cortijo & Correia de Oliveira 2007b).

A presença da obra de Gower na livraria do rei D. Duarte reflecte a marca da presença inglesa na corte portuguesa, devida à nacionalidade da rainha D. Filipa de Lencastre, mas só pode ser entendida de forma mais nítida se tivermos em conta a estreita relação e o papel de Gower junto do novo rei Henrique IV após a deposição de Ricardo II em 1399. Investido das funções de apologista político da nova dinastia reinante, as suas obras gozaram de particular favor nos círculos aristocráticos da família Lencastre; sabe-se que os filhos de Henrique IV possuíam cópias da *Confessio Amantis*, obra que foi objecto de um número assinalável de cópias manuscritas, algumas delas iluminadas, entre finais do século XIV e no século XV (Harriss 4-8; Krochalis 55-59). Escrito em 1390, o original inglês deverá ter chegado à Península Ibérica nos finais do século XIV ou princípios do século XV, talvez no quadro das relações estabelecidas entre as novas dinastias inglesa e portuguesa, seladas com o casamento de Filipa de Lencastre (1360-1415), irmã de Henrique IV, com D. João I, que teve lugar em 1387. Outra hipótese sustenta a possibilidade de a obra ter sido trazida para a Península por Catarina de Lencastre, mulher de Henrique III de Castela (Cortijo Ocaña 1997, 2). Não sabemos se a rainha D. Filipa conheceu o poema de Gower, embora tal fosse verosímil, pois Gower era figura grada na corte inglesa, e as suas obras eram aí lidas e apreciadas, desde logo pelo irmão e sobrinhos de D. Filipa, que dela possuíam cópias. É num contexto que destaca, portanto, a relação privilegiada de Gower com a dinastia Lencastre, que deve ser vista a presença da *Confessio* na corte portuguesa e a sua tradução para a nossa língua (Buescu 2001, 72-75; Cortijo & Correia de Oliveira 2007a, b), não se sabe se realizada já depois da morte da rainha, ocorrida em 1415 (Russel 31-32), ou se, pelo contrário, foi a própria D. Filipa a promover a sua tradução para português.

O outro inventário da livraria régia portuguesa que chegou até nós é o de D. Manuel (r. 1495-1521), sobre o qual nos iremos debruçar em seguida, começando por assinalar aquela que é sem dúvida, para lá de todas as outras considerações, a grande diferença relativamente ao rol de D. Duarte: no tempo de D. Manuel, estando em curso a “revolução do impresso,” a apreciação da livraria incorpora já esse novo critério de distinção entre os livros que a constituem. É em todo o caso útil lembrar que, no quadro da fulgurante difusão europeia da tipografia desde os seus primórdios, o caso português é pouco expressivo, situando-se indiscutivelmente nas “franjas” do movimento. Para termos uma noção exacta das ordens de grandeza em jogo quanto ao movimento tipográfico na Europa na segunda metade do século XV, chegaram até nós de 30 000 a 35 000 impressões diferentes, que correspondem a um número de 10 000 a 15 000 obras distintas e a um total de cerca de 20 milhões de exemplares impressos antes de 1500, número impressionante, sobretudo se tivermos em conta que a Europa contava com uma população de cerca de 70 milhões de habitantes, dos quais uma minoria alfabetizada (Febvre & Martin 349-50). No que respeita a Portugal, o número de incunábulo conhecidos é de trinta (Anselmo 467-73) o que, mesmo tendo em

conta as espécies desaparecidas, confirma o estatuto periférico de Portugal no mapa relativo à implantação da imprensa –o que não é o mesmo que dizer, evidentemente, da circulação da cultura escrita.

No reinado de D. Manuel (r. 1495-1521) a tipografia era entre nós uma aquisição recente. Sabe-se que D. Afonso V (r. 1438-81), aquando da sua estada em Paris em finais de 1476, foi solenemente recebido na Sorbonne onde provavelmente terá visitado a respectiva oficina tipográfica, a funcionar desde 1470 (Anselmo 39), e as primeiras obras impressas no país, relativas à imprensa hebraica, que em Portugal, tal como em Castela, precedeu a tipografia em caracteres latinos, datam do reinado de D. João II (r. 1481-95). Como já vai ficando patente, a análise da livraria régia no tempo de D. Manuel reveste-se de um interesse muito particular, já que, para além da possibilidade de avaliar conteúdos e orientações culturais, permite também aferir outras questões, com destaque para a permanência do livro manuscrito num quadro cultural de afirmação do impresso, já bem entrado o século XVI, ou a importância da interação cultural peninsular. Conhecemos o conteúdo da livraria de D. Manuel graças à publicação, em 1902, pelo erudito Sousa Viterbo, do rol dos livros do monarca constantes do *Lyvro da recepta...*, inventário da guarda-roupa feito após a morte do rei, em 1522, sendo recebedor Rui Leite e testamenteiros o conde de Vila Nova e o arcebispo de Braga (Sousa Viterbo 1-73). Sousa Viterbo dava assim um impulso decisivo ao conhecimento da livraria régia no reinado de D. Manuel, mas publicava também um apreciável conjunto de outros documentos relativos à biblioteca régia portuguesa entre os séculos XV e XVIII, com destaque para uma relação dos livros de D. João III (r. 1521-57) e de sua mulher D. Catarina datada de 1534. O inventário da guarda-roupa de D. Manuel seria integralmente publicado dois anos mais tarde por Anselmo Braamcamp Freire (Freire 1904, 318-417).

A primeira questão que consideraremos é, também aqui, a da dimensão da biblioteca de acordo com o inventário da guarda-roupa. Incluí este rol noventa e seis itens que correspondem a cento e sete títulos irregularmente descritos, número que se revela bastante modesto, quer tomado em termos absolutos quer relativos. Recordemos, por exemplo –e não saindo do caso das bibliotecas laicas– que a biblioteca do letrado rei D. Duarte, na primeira metade do século XV, integrava já mais de oitenta obras, como acabámos de ver, a do infante D. Fernando (†1443) seu irmão continha quarenta e quatro códices (Dantas; Ricard) o inventário dos livros do Condestável D. Pedro (†1466), filho do infante D. Pedro, e que governou Aragão entre 1464 e 1466 inclui noventa e seis títulos (Braga 232-34; Vasconcelos 121-44). Embora mais tardio, mas não deixando de constituir um caso excepcional à época (e não só para o caso português) é de destacar a livraria de D. Teodósio (†1563), duque de Bragança, que continha o extraordinário número de 1596 livros (Nascimento 1994). No que respeita a outras bibliotecas régias, registemos o caso da biblioteca francesa de Blois que, de acordo com um inventário de 1518, portanto cronologicamente muito próximo do de D. Manuel, incluía 1890 volumes (Gadoffre 235).

Poderá não ser no entanto totalmente seguro concluir acerca da dimensão da biblioteca régia a partir do rol dos livros constante da guarda-roupa de D. Manuel. Com efeito, sendo embora a única lista de livros do monarca que chegou até nós, o próprio Sousa Viterbo adverte para o facto de porventura o inventário da guarda-roupa do rei não reflectir de forma totalmente fiel o seu conteúdo, uma vez que em 1517, por ocasião da morte da sua segunda mulher, a rainha D. Maria, o rei havia feito partilhas entre os seus numerosos filhos, onde entraram muitos bens móveis, entre os quais, provavelmente, também livros (Sousa Viterbo 10). Quando morreu, no final de 1521, D. Manuel era tido como “*homem que muito folgou com livros e em sua guarda-roupa per sua morte ficaram livros tantos que todos seus filhos ficaram cheios deles*” (Correia 174). Por outro lado, o códice que inclui o inventário está mutilado em mais de duzentas folhas, embora não fosse provável que existisse referência a mais livros (Freire 415). Mas esta relativamente modesta dimensão da livraria manuelina suscita ainda outra hipótese de explicação a Sousa Viterbo, que nos parece no entanto pouco verosímil: dada a presença neste inventário de um pequeníssimo número de livros que já se encontravam nas livrarias dos reis portugueses antes de D. Manuel, dar-se-ia o caso, porventura, que só fossem recenseados os livros entretanto adquiridos e não os constantes das colecções anteriores? (Sousa Viterbo 7)

Num outro plano, torna-se também necessário assinalar que a consideração dos conteúdos da livraria régia não reflecte nem permite aferir de forma global da produção de livros, quer manuscritos quer impressos, na época de D. Manuel, apesar da pouco expressiva actividade editorial em Portugal na época, e de uma forma geral ao longo de todo o século XVI (Macedo). Lembremos, por se tratar de um exemplo extremamente significativo a este propósito, que no sumptuoso presente enviado ao *Negus* da Abissínia em 1514 pelo monarca português, se incluíam, entre muitas outras obras, “*mil cartinhas*” para aprender a ler, “*doze cathaçismos*” –provavelmente o *Catecismo Pequeno* do bispo de Ceuta D. Diogo Ortiz impresso em Lisboa em 1504 (Silva)– “*vimte flos samtorum,*” “*trimta liuros da vida dos martires [...]*” (Barreto). Parece portanto forçoso concluir que a produção de livros atingia então, embora em casos precisos e restritos, uma dimensão considerável, sendo seguro que ela se articulava, de forma dominante, com a alfabetização e a evangelização no quadro do processo expansionista, o que explica, no exemplo citado, o predomínio absoluto de livros religiosos e de aprendizagem da língua portuguesa.

Seja como for, é este o catálogo que possuímos, e sobre ele iremos tecer mais algumas considerações. A primeira observação que gostaríamos de fazer não tem, no entanto, a ver com os livros em si mesmos, mas com a sua *descrição*. Com efeito, a simples leitura do rol dos livros deixados por D. Manuel é extremamente clara quanto ao ponto de vista que se privilegia: integrando o inventário de uma guarda-roupa sumptuosa de um rei opulento, a dimensão que sobreleva não é a da referenciação de autores e títulos, regra geral muito imprecisa, mas a dimensão material e física do livro enquanto objecto, no que é um testemunho flagrante de quanto a concepção do livro-tesouro era ainda largamente dominante. Com efeito, uma maioria muito significativa

dos itens que constituem este rol integra a referência, por vezes com extremo detalhe, à encadernação e apresentação dos livros: aí surgem os metais -“ouro esmaltado,” “brochas de prata,” “prata branca,” “prata dourada,” “cobre dourado”; os veludos, brocados e cetins “cremezy,” roxos, verdes, pretos e azuis; os couros vermelhos e verdes. Em alguns casos, o próprio peso. Como sintetiza Sousa Viterbo,

Attendia-se principalmente ao valor venal do livro, algum tanto à sua parte artística, às suas iluminuras, mas sobretudo à sua parte externa às suas encadernações, algumas das quaes eram de metaes preciosos, ricamente ornamentados. (7)

Esta especificidade do inventário condicionará fortemente, como veremos, a apreciação dos seus conteúdos.

Vejamos em seguida um outro aspecto: a relação entre livros manuscritos e impressos, questão de cimeira importância no que diz respeito à transmissão e circulação da cultura escrita, também em Portugal, na Época Moderna, e que já abordámos brevemente quanto às obras dos príncipes de Avis (Buescu 2003). O inventário dos livros de D. Manuel que inclui, como assinalámos, cento e sete espécies irregularmente descritas, contém referência explícita a apenas cinco obras impressas. Tal número não significa que não existissem mais livros em letra de forma –aliás, em nove casos Sousa Viterbo, com maior ou menor certeza, avança a hipótese de se tratar de obras impressas– mas dá sem dúvida conta da respectiva ordem de grandeza no conjunto do inventário. São elas a *Vita Christi*, impressa em 1495, por ordem da rainha D. Leonor, por Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes, monumento da tipografia portuguesa quatrocentista e considerada até aos anos sessenta do século XX como o primeiro incunábulo português; um “*livro da Queda dos príncipes de letra de forma de tavoas cuberto de couro vermelho*” –a *Caida de Principes*, tradução para castelhano de Pedro López de Ayala, impressa em 1495, da famosa obra de Boccaccio *De Casibus Virorum Illustrium*, a que atrás nos referimos; as “*Omelias de sam Jeronimo, de forma, êcadernado de tauoas cubertas de ouro amorado*,” uma “*Bribya, de forma*,” e finalmente “*huûm livro pequeno emcadernado de couro vermelho lavrado de lavor dourado o qual livro he de forma e tem penturas dos vultos dos emperadores de Roma E asy esprito de letra de forma E no primçipeco começa Leo papa*.”

Também a livraria régia portuguesa testemunha portanto, na transição do século XV para o século XVI, uma presença relativamente ténue da actividade tipográfica entre nós: apenas trinta incunábulos conhecidos, como vimos, e uma produção tipográfica até 1535 da ordem dos 0,6 títulos impressos por ano (Macedo quadro 2 41). O manuscrito mantém, pois, um espaço de circulação importante e por vezes poderoso na difusão da cultura escrita apesar do aparecimento da imprensa. Zonas há em que essa circulação é mesmo francamente maioritária –nos séculos XVI e XVII, em Espanha mas também em Portugal, o manuscrito foi o veículo privilegiado da



difusão da poesia lírica e das novelas, nomeadamente de cavalaria (Chevalier 45; Ferreira 218-20). Em síntese, pode afirmar-se que nas quatro primeiras décadas do século XVI o livro manuscrito predominou em Portugal sobre o livro impresso, e que a tipografia era um recurso excepcional ao serviço da Igreja, da Coroa e da Universidade, e não o agente de uma dinâmica cultural importante (Saraiva 128-30; Macedo 61).

Mas o recurso ao manuscrito após o advento da imprensa não se prende apenas com uma fraca difusão da tipografia, devendo ser visto igualmente em articulação com o prestígio daquela forma de transmissão da cultura escrita. A livraria de D. Manuel não deixa também de reflectir esta realidade, de que o exemplo máximo é a famosa e monumental *Bíblia* dita dos Jerónimos, de oficina florentina, oferecida ao futuro D. Manuel, ainda Duque de Beja e herdeiro do trono, considerada como um dos mais primorosos manuscritos europeus iluminados do fim do século XV (o primeiro volume é de 1495) (Albuquerque 218-25). Outros exemplos poderiam aqui ser trazidos, mas a importância e a persistência do manuscrito no século XVI encontra porventura a sua expressão máxima entre nós na *Leitura Nova*, monumental conjunto de sessenta e dois volumes que, por iniciativa de D. Manuel, a partir de 1504 e até 1552, transcreve e colige documentos das chancelarias régias e outra documentação avulsa. Se, no plano político e legislativo, a iniciativa do *Venturoso* se inscreve numa estratégia de afirmação da Coroa, num outro plano a concepção e a execução da *Leitura Nova* ilustram de forma emblemática a persistência e o prestígio do manuscrito no século XVI entre nós. É ao manuscrito, e não ao impresso, que o poder confia essa empresa, que assinala, aliás, o período áureo do manuscrito iluminado em Portugal, ocorrido tardiamente na primeira metade do século XVI -já no declínio da iluminura europeia e paralelamente à afirmação do livro impresso (Markl 9-15; Deswarte; Buescu 2003, 28-40).

Uma análise das livrarias régias e aristocráticas no século XVI permite avaliar de forma adequada a lenta penetração do impresso, mesmo a nível das elites, e a permanência do manuscrito. A relação dos livros que analisamos contém, como vimos, referência explícita a apenas cinco obras impressas. Quanto aos livros de D. João III e de D. Catarina, o número de obras impressas é sem dúvida muito mais amplo, mas o volume dos livros manuscritos permanece extremamente significativo (Sousa Viterbo 24-41). Em 1507, a infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, deixa em testamento ao vigário e frades do mosteiro de Santo António de Beja, entre outros objectos, nove livros, dos quais três estão identificados como sendo “*de letra de forma*” (Freire 1914, 95). Outros inventários quinhentistas poderiam ser úteis na elucidação deste problema, mas, como sucede com o inventário dos livros do infante D. Duarte (†1543), filho bastardo de D. João III, lista que Moreira de Sá reconstituiu, destacando os trinta e um títulos que o compõem a partir do rol dos livros que pertenceram a Frei Diogo de Murça, dele não consta a distinção entre livros manuscritos e impressos (Sá 1977). Em todo o caso, a presença de objectos manuscritos de obras que nunca viram a letra de forma, nomeadamente nas livrarias

régias, prolonga-se até ao século XVIII –veja-se a dimensão do inventário dos livros manuscritos da livraria de D. João V (BGUC cod. 1018 [*Index*]).

Voltando à livraria de D. Manuel, o teor muito impreciso da descrição das espécies, especialmente atenta, como dissemos, ao aspecto exterior, inviabiliza uma identificação rigorosa e sistemática dos seus conteúdos. Apesar disso, é possível fazer uma menção concreta a algumas das obras, umas facilmente referenciáveis, e outras identificadas por Sousa Viterbo. É o caso, por exemplo, da já citada *Bíblia* dos Jerónimos, do *Speculum Historiale* de Vicente de Beauvais, da *Crónica Troiana* de Guido de Colonna, cuja tradução para castelhano data do século XIV, da *Caida de principes*, tradução castelhana da obra de Boccaccio *De Casibus Virorum Illustrium*, da edição de 1495 da *Vita Christi*, das *Ordenações* do Reino, de dois livros das *Sete Partidas* de Afonso X, de dois exemplares do *Livro de Marco Polo*, do *De Regimine Principum* de Egídio Romano, dos romances de cavalaria *Amadis de Gaula*, *Florisando* e *Sergas de Esplandiam*, ou da *Crónica d’El Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. Há ainda casos em que a identificação das obras é hipoteticamente avançada por Sousa Viterbo –caso das obras descritas nos itens 27, 38, 64, 65, 66– e um número muito apreciável em que essa identificação é provável ou impossível por falta de elementos dado o carácter extremamente sumário da descrição.

Questão que se revestiria de grande interesse, seria o de estabelecer uma relação entre a livraria de D. Manuel e as livrarias régias anteriores. Vimos como Sousa Viterbo avança a hipótese de os livros dos reis que antecederam D. Manuel não serem descritos no inventário deste rei, o que ajudaria a explicar a relativa modéstia, em termos quantitativos, da sua livraria. O facto é que neste inventário, e com uma única excepção, não há qualquer referência a livros que tenham integrado as livrarias régias anteriores. Esta excepção é relativa a uma obra não identificada, um “*livro de rezar de lingoajem emluminado e esprito em purgaminho, que foy delRey dom Joham o primeiro.*” De qualquer forma, é possível e até verosímil que algumas das obras fossem os exemplares existentes na livraria régia antes de D. Manuel. É o caso do *Livro de Marco Polo*, que existiu entre os livros de D. Duarte, em latim e linguagem, uma obra do infante D. Pedro que não se identifica, mas que poderá ser o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* ou uma das várias traduções empreendidas pelo infante, o *Regimento de Príncipes* de Egídio Romano, obra presente quer na livraria de D. João I quer na de D. Duarte, como vimos, e o *Tratado de las Armas* de Diego de Valera, dedicado a D. Afonso V. É possivelmente ainda o caso, oriundos porventura do tempo de D. João I, dum livro “*da ordem da garrotea dImgraterra, sprito em purgaminho*” –recordemos que desde D. João I todos os monarcas portugueses pertenciam a esta ordem inglesa instituída no século XIV por Eduardo III (Ramalho 9-29; Côte-Real)–, de um outro “*da coroaçam del Rei DYmgraterra*” e ainda de um outro livro “*dalyança delRei dYmgraterra.*”

Não sendo possível também, pelas razões apontadas no que respeita à imprecisão da descrição das espécies, dar conta de forma absolutamente rigorosa das línguas em que se encontram escritas as obras que integram o inventário, podemos contudo

ensaiar uma visão de conjunto do problema. Em termos globais, e tanto quanto podemos averiguar –já que a referência à língua é omissa num número substancial de casos, embora em alguns deles essa identificação possa ser feita com segurança– pode dizer-se que também neste aspecto a livraria de D. Manuel é um testemunho do seu tempo. Com efeito, na viragem para o século XVI, a Europa assiste à eclosão de um processo que, já perceptível ao longo do século XV, irá culminar na progressiva –e irreversível, a prazo– afirmação da dignidade das línguas vernáculas perante a multissecular supremacia do latim como língua veicular de cultura, de que o aparecimento das primeiras gramáticas nacionais é testemunho (Maria Leonor Buescu 11-60). Ora, justamente, a livraria régia portuguesa dá indiscutivelmente conta da importância do latim –em particular no que respeita, como é natural, às obras de temática religiosa– mas regista também, e paralelamente, uma presença muito apreciável de obras em vernáculo, que dizem sobretudo respeito a temas de carácter profano. É portanto este momento de mutação que, no seu conjunto, a livraria de D. Manuel parece reflectir e que, num outro plano, a própria produção tipográfica em Portugal na época não deixa de evidenciar –recordemos que dos trinta incunábulo conhecidos oito são em português e nove em latim, o que aponta para um equilíbrio que pensamos ser culturalmente significativo, dizendo os restantes treze respeito à tipografia hebraica (Anselmo 467-73).

No que respeita ao conjunto dos livros que é possível identificar com sendo escritos em língua vulgar, e embora a referência à língua não surja a não ser no caso do latim, com a excepção de dois casos que referiremos, uma constatação indiscutível se impõe desde logo: a presença numericamente expressiva de obras em castelhano, quer seja de autores e obras cujos originais são escritos em castelhano –como seja o *Tratado de las Armas* de Diego de Valera, dedicado a D. Afonso V, quer de traduções de obras, nomeadamente do latim, para aquela língua, como é o caso da já citada versão castelhana da obra latina de Boccaccio *De Casibus Principum*. A livraria régia testemunha também, portanto, a importância da interacção com o mundo hispânico, realidade que, já evidente em épocas anteriores, como vimos, assume uma decisiva importância em Portugal no século XVI, não só em termos políticos como em termos culturais. Aliás, o próprio facto de o inventário referir as obras escritas em latim, mas não diferenciar aquelas que o são em português e castelhano parece-nos extremamente revelador a este respeito. O contínuo estreitamento dos laços entre as duas cortes peninsulares, em virtude da política matrimonial dos monarcas portugueses e castelhanos –D. Manuel casa três vezes, sempre com princesas castelhanas– determina o bilinguismo da corte portuguesa no século XVI e favorece o ascendente da língua castelhana na generalidade dos círculos letrados e cortesãos. O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516 mas integrando composições que remontam ao reinado de D. Afonso V, ilustra de modo claro essa presença do idioma castelhano na cultura portuguesa da época, realidade patente não apenas na corte e nas elites, mas noutras camadas sociais, nomeadamente urbanas. Cerca de um sétimo das composições que o integram são escritas em castelhano, reflectindo o ascendente que

não só a língua mas os modelos estéticos e literários de grandes autores castelhanos exerciam sobre poetas como Duarte de Brito, o Conde de Vimioso, Gil Vicente ou Garcia de Resende. O simples desfolhar do *Catalogo Razonado Biográfico y Bibliográfico de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano* de Domingo Garcia Péres, editado em Madrid em 1890 permite avaliar a importância e a extensão que o bilinguismo –e as inerentes consequências culturais– assumiu no Portugal de Quinhentos, muito para lá das figuras emblemáticas de Gil Vicente, Sá de Miranda ou Camões. A própria imprensa reflecte também este ascendente, podendo apontar-se para o conjunto do século XVI, no que respeita à edição de obras em castelhano em Portugal, para uma percentagem próxima dos 15% do total das obras impressas. Ainda relativamente às línguas com que nos deparamos neste inventário regista-se que existem apenas dois itens referentes de forma expressa a obras escritas noutros idiomas para além do latim e dos livros em linguagem. São eles o caldeu e presumivelmente o chinês: “*It. Hûu salteiro em caldeu, êcadernado em purgaminho,*” e “*Hûu caderno de folhas de papel de letras e pempuras dos chys que parecem sãtos, que tem hûa cubretura azull.*”

Uma breve nota ainda sobre os conteúdos da livraria em termos das temáticas dominantes. Naturalmente, as obras de carácter religioso têm um lugar destacado. Para além da já referida *Bíblia* dita dos Jerónimos, o número de bíblias, breviários, missais, saltérios e “livros de rezar” é, sem novidade, extremamente significativo, embora na sua maior parte a respectiva descrição seja muito imprecisa. Em todo o caso, pode referir-se a presença de obras de Santo Agostinho, que já encontrámos na biblioteca de D. Duarte, e de S. Jerónimo. Entre os livros profanos, e para além de obras aparentemente avulsas, como é o caso, por exemplo, de uma obra do célebre gramático castelhano António de Nebrija, certamente as suas *Institutiones Grammaticae*,<sup>3</sup> três núcleos merecem-nos uma referência especial: em primeiro lugar, um significativo conjunto de obras de índole jurídica e administrativa, em que se destacam o *Regimento dos Reis de Armas* e o *Livro de Armas de Portugal*, bem como as *Partidas* de Afonso X e as *Ordenações* do Reino, ou ainda de obras sobre a função real como é o caso da *Tauoada* de um “*Regimento do que ham de fazer os Reis cada dia*”.

Em segundo lugar, os livros de cavalaria, onde encontramos obras como o celebrado *Amadis de Gaula*, mas também as suas continuações, como as *Sergas de Esplandiam* e o *Florisando*, o que não deixa de ser, à primeira vista –mas talvez só à primeira vista–, um pouco insólito. Num tempo que não comportava já o ascendente da cavalaria na ordem social, a literatura recuperava nostalgicamente a voga da aventura e o protagonismo do cavaleiro (Godinho). A presença destes livros na biblioteca régia reflecte a extraordinária popularidade que a literatura novelesca, em particular após a publicação do *Amadis de Gaula* em 1508, teve também em Portugal

---

<sup>3</sup> António de Lebrija, ou Nebrija (1444-1532), foi também autor de uma gramática da língua castelhana (1492) mas neste caso, pela descrição da obra, pode positivamente afirmar-se que se trata da sua gramática latina, datada de 1481.

no século XVI, nomeadamente como literatura de corte, onde era um género indiscutivelmente apreciado e cultivado (Isabel Almeida). Sabe-se que o jovem príncipe D. João, futuro D. João III, acompanhou com entusiasmo a evolução do manuscrito da *Crónica do Imperador Clarimundo*, obra de estreia do então seu moço de guarda-roupa João de Barros, longo e denso romance de cavalaria que fantasia e exalta as origens da casa real portuguesa, oferecida a D. Manuel em 1520 e publicada dois anos mais tarde. A *Crónica do Imperador Clarimundo*, na qual o autor habilmente conjuga “fingimento” e história agradou de tal forma a D. Manuel, que o monarca terá manifestado o desejo de que fosse João de Barros a encarregar-se da escrita destas “*cousas das partes do Oriente*,” já que até então, apesar de pretender celebrar os feitos portugueses, “*nunca achara pessoa de que o confiasse*” (Barros “Prólogo [Baião]). A pergunta parece impor-se: porque não constará, então, do inventário, esta obra de Barros, que se sabe ter sido particularmente apreciada por D. Manuel?

O terceiro núcleo é o das obras de autores clássicos, profusamente representados na livraria régia, onde encontramos nomes conhecidos já na Idade Média, como é o caso de Ovídio e de Virgílio, cujas obras não se encontram infelizmente identificadas, historiadores como Tito Lívio e as suas *Décadas*, Salústio, de quem encontramos as obras *Bellum Catilinarium* e *Bellum Jugurthinum*, mas também autores que o esforço de recuperação da herança antiga por parte do humanismo renascentista trouxera à luz, como é o caso de Plutarco (c. 46-120). Autor praticamente desconhecido na Idade Média, se exceptuarmos a apócrifa *Institutio Trajani*, obra que lhe é atribuída por João de Salisbúria no *Policraticus* (1159) (Liebeschütz; Buescu 1996, 40-41 e notas) foi o *Quattrocento* italiano que iniciou o processo de restituição da sua obra (Bolgar 485-87; 520-21), designadamente das célebres *Vitae Parallelae*, que rapidamente alcançaram uma difusão importante. É justamente esta a obra de Plutarco presente na livraria de D. Manuel. Constituída por uma série de biografias de príncipes e homens ilustres da Antiguidade, a sua fortuna a partir do século XVI radica sobretudo no facto de fornecer modelos acabados do ideal heróico, em que se destacam, acima de todas as outras, as figuras de Alexandre –paradigma do herói já na Idade Média (Carey)– e de Júlio César. Na sua totalidade ou parcialmente, as *Vitae* de Plutarco foram objecto de amplo movimento editorial, tanto em latim como em tradução para várias línguas vulgares, constituindo um dos principais repositórios de *exempla* do discurso político nos séculos XVI e XVII, e uma presença considerada fundamental na pedagogia dos príncipes. No entanto, a respectiva descrição na livraria de D. Manuel não nos permite concluir se se trata de uma versão latina ou de uma tradução para vulgar. Em todo o caso, a sua presença entre os livros do monarca mostra que também na corte régia portuguesa Plutarco era já conhecido, o que deixa transparecer algum contacto com o humanismo italiano, que iniciou, como referimos, a recuperação da obra daquele autor grego no século XV. Este contacto é também evidente na presença neste inventário de uma obra de Leonardo Bruni (c. 1370-1444), chanceler da república de Florença, grande humanista e tradutor do grego –traduziu nomeadamente Plutarco–, obra

infelizmente não identificada, mas que poderá corresponder ao seu trabalho mais importante, a monumental *Historiarum Florentini Populi Libri XII*.<sup>4</sup>

Uma nota ainda para a cronística portuguesa, em que encontramos apenas referência à *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, possivelmente o exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto, e para duas obras relativas à Expansão: um livro dos *Treumfos da Imdia*, que Sousa Viterbo pensa poder ser uma minuta do secretário António Carneiro sobre o descobrimento e conquista da Índia que deveria estar na base da concepção e execução das tapeçarias monumentais que D. Manuel ordenara para celebrar os feitos da Índia; e um outro com o título de *Exortação feyta aos da India*, da autoria de Duarte Galvão, mencionada por João de Barros nas *Décadas*. Embora não se tratando de livros, o *Lyuro da recepta...* inclui ainda referência a “*huûa carta de marear de pano dalgodã da Imdia azull escuro e branco*” e “*outro pano dalgodam com a pemptura dAdem*.”

Em síntese, a livraria régia no tempo de D. Manuel reflecte, na transição para a modernidade, alguns aspectos culturalmente relevantes, que procurámos sublinhar, como é o caso da persistência e a vitalidade da transmissão manuscrita da cultura, patente no número relativamente restrito de obras impressas que a integram, e a presença assinalável de obras de expressão castelhana, facto que reflecte a importância, na época, da interacção com a cultura peninsular, também no que respeita à recepção de obras culturais de além-Pirenéus. A análise do rol dos livros constantes do *Lyvro da recepta...*, inventário da guarda-roupa feito em 1522, depois da morte do monarca, ainda que condicionada pelas dificuldades de identificação precisa de muitas das obras, permite ter uma imagem relativamente aproximada dos conteúdos da livraria, quer em termos de dimensão, quer em termos de conteúdos e de orientações culturais. A literatura religiosa e devocional ocupa, sem dúvida, um lugar privilegiado neste inventário régio, mas a presença das aventuras de *Amadis* e dos livros de viagem, como o *Livro de Marco Polo*, lado a lado com Ovídio, Plutarco, Virgílio, Boccaccio, Leonardo Bruni ou os *Treumfos da Imdia*, é bem o símbolo e o testemunho de um tempo em que se cruzam traços de uma mundividência medieval com a emergência de formas culturais que anunciam e configuram a modernidade.

---

<sup>4</sup> “89. It. Outro liuro esprito em purgaminho que começa *Lionardo Arentyno* e fala da caualaria” (Sousa Viterbo 22). A descrição é muito imprecisa, mas é suficiente para pelo menos identificar o seu autor, Leonardo Bruni, também conhecido por Leonardo Arentino.

## Bibliografia

- Albuquerque, Martim de. *A Torre do Tombo e os seus Tesouros*. Lisboa: Inapa, 1990.
- Almeida, Isabel. *Livros Portugueses de Cavalarias, do Renascimento ao Maneirismo*. Dissertação de Doutoramento (policopiada). Universidade de Lisboa, 1998.
- Almeida, Manuel Lopes de, ed. D. João I. *Livro da Montaria*. Em seu *Obras dos Príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1981a. 1-232.
- , ed. Infante D. Pedro. *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Em seu *Obras dos Príncipes de Avis*. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1981b. 525-763.
- , ed. Rui de Pina. "Chronica do Senhor Rey D.Affonso V." Em seu *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão, 1977.
- Anselmo, Artur. *Les origines de l'imprimerie au Portugal*. Braga: Barbosa & Xavier, 1983.
- Barreto, J. A. da Graça. "Presentes de D. Manuel ao Preste João e seu Embaixador." *Boletim de Bibliographia Portugueza e Revista dos Archivos Nacionaes* 2.1-2 (1879): 17-23, 49-59.
- Baião, António, ed. João de Barros. *Ásia de Joam de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.
- Bermejo Cabrero, José Luis. *Máximas, Principios y Símbolos Políticos (una Aproximación Histórica)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986.
- Blüher, Karl Alfred. Tr. Juan Conde. *Séneca en España. Investigaciones sobre la recepción de Séneca en España desde el Siglo XIII hasta el Siglo XVII*. Madrid: Gredos, 1983 [1969].
- Bolgar, R. R. *The Classical Heritage and its Beneficiaries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- Bourdon, Léon. "Question de priorité autour de la découverte du manuscrit du 'Leal Conselheiro'." *Arquivos do Centro Cultural Português* 14 (1979): 3-26.
- Bouza, Fernando. *Corre Manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- Braga, Teófilo. *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portugueza*. Vol. I. Lisboa: Typ. Academia Real das Sciencias, 1892.
- Buescu, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- . "A *Confessio Amantis* de John Gower na livraria do rei D. Duarte." *Actas do I Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses (Lisboa, 6-8 de Maio de 2001)*. Lisboa: Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2001. 67-75.
- . "A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII." *Ler História* 45 (2003): 19-48.

- Buescu, Maria Leonor Carvalhão. *A Galáxia das Línguas na Época da Expansão*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- Carey, George. *The Medieval Alexander*. Cambridge: Cambridge University Press, 1956.
- Carvalho, Joaquim de. “Sobre a erudição de Gomes Eannes de Zurara.” Ed. Joaquim de Carvalho. *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949. I, 1-241.
- Carvalho, José Adriano de Freitas. “Princes, armes et lettres.” *Aux confins du Moyen Age. Art Portugais XIIe-XVe siècle*. Gent: Fondation Europalia International; Tervuren, 1991. 77-82.
- Castro, Maria Helena Lopes de. “‘Leal Conselheiro’. Itinerário do manuscrito.” *Penélope* 16 (1995): 109-24.
- Cepeda, Isabel Vilares. “Manuscritos iluminados da Corte portuguesa no século XV.” *A Iluminura em Portugal. Identidade e Influências, Catálogo da Exposição (26 de Abril a 30 de Junho 1999)*. Lisboa: Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, 1999. 345-61.
- Chevalier, Maxime. *Lectura y lectores en la España del siglo XVI y XVII*. Madrid: Turner, 1976.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. *D. João I. O que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- Correia, Gaspar. Leitura, Introdução, Notas e Índice José Pereira da Costa. *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*. Lisboa: Academia das Ciências, 1992.
- Côrte-Real, Manuel. *The Portuguese Knights of the Order of the Garter*. Lisboa: British Historical Society of Portugal, 1992.
- Cortijo Ocaña, António. “O Livro do Amante: The Lost Portuguese Translation of John Gower’s *Confessio Amantis* (Madrid, Biblioteca de Palacio, MS II-3088).” *Portuguese Studies* 13 (1997): 1-6.
- . “La traducción portuguesa de la *Confessio Amantis* de John Gower.” *Evphrosyne. Revista de Filologia Clássica* (nova série) 23 (1995): 457-65.
- Cortijo Ocaña, Antonio, & Maria do Carmo Correia de Oliveira. “El libro VII de la *Confessio Amantis* de John Gower.” *Românica. Revista do Departamento de Literaturas Românicas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* 16 (2007). No prelo a.
- . “*Confessio Amantis*, livro VII.” *Revista de Literatura Medieval* 2007. No prelo b.
- Dantas, Júlio. “A livraria do Infante Santo.” *Anais das Bibliotecas e Arquivos* 2.6 (1921): 101-09.
- Deswarte, Sylvie. *Les Enluminures de la Leitura Nova 1504-1552. Étude sur la Culture Artistique au Portugal au Temps de l’Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1977.



- Dias, João Alves, ed. Intro. A. H. de Oliveira Marques & João Losé Alves Dias. D. Duarte. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Lisboa: Estampa, 1982.
- Dionísio, João. “D. Duarte e a leitura.” *Revista da Biblioteca Nacional* (2ª série) 6.2 (1991): 7-17.
- Febvre, Lucien & Henri-Jean Martin. *L’Apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1971.
- Ferreira, Teresa A. S. D. Duarte. “O livro impresso e o manuscrito coexistem. O manuscrito permanece.” *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Edições Inapa, 1992. 217-52.
- Freire, Anselmo Braamcamp. “Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel.” *Arquivo Historico Portuguez* 2 (1904): 318-417.
- . “Inventario da Infanta D. Beatriz. 1507.” *Arquivo Historico Portuguez* 9 (1914): 64-110.
- Gadoffre, Gilbert. *La Révolution Culturelle dans la France des Humanistes. Guillaume Budé et François Ier*. Genève: Droz, 1999.
- García Péres, Domingo. *Catálogo Razonado Biográfico y Bibliográfico de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano*. Madrid: Impr. del Colegio Nacional de Sordo-mudos y de Ciegos, 1890.
- Garin, Eugenio. *La educación en Europa, 1400-1600. Problemas y programas*, Barcelona: Editorial Crítica, 1987 [1957].
- Godinho, Vitorino Magalhães. “Inovação e permanências nos séculos XV e XVI: entre mito e utopia.” Ed. Vitorino Magalhães Godinho. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990. 57-152.
- Harriss, G. L. “Introduction: The Exemplar of Kingship.” Ed. G. L. Harris. *Henry V. The Practice of Kingship*. Oxford: Oxford University Press, 1985. 1-29.
- Impey, Olga. “Alfonso de Cartagena, traductor de Séneca y precursor del humanismo español.” *Prohemio* 3 (1972): 473-94.
- Index dos Manuscriptos da Livraria do Rey de Portugal [(posterior a 1742)]*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Res. cod. 1018, 177 fols.
- Krochalis, Jeanne E. “The Books and Reading of Henry V and his Circle.” *The Chaucer Review* 23.1 (1988): 55-59.
- Liebeschütz, Hans. “John of Salisbury and Pseudo-Plutarch.” *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 6 (1943): 33-39.
- Lobo, António da Costa. “O rei.” *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* 5 (1915): 222-31.
- . “O rei.” *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* 6 (1916): 42-51.
- . “O rei.” *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* 7 (1917): 90-98.
- Longnon, Jean, & Raymond Cazelles. “Introduction.” Avant-propos de Charles Samaran, Introduction et légendes de Jean Longnon & Raymond Cazelles. *Les Très Riches Heures du Duc de Berry*. Chantilly, Paris: Musée Condé, Draeger-Vilo, 1981. 5-23.

- Macedo, Jorge Borges. "Livros impressos em Portugal no século XVI. Interesses e formas de mentalidade." *Archivos do Centro Cultural Português* 9 (1975): 183-221. [*Homenagem a Marcel Bataillon*].
- Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Vols. 1 y 2. Lisboa: António Isidoro da Fonseca, 1741 y 1747.
- Manzaloui, M. A. "The "Secreta Secretorum" in English Thought and Literature from the Fourteenth to the Seventeenth Century, with a Preliminary Survey of the Origins of the "Secreta".' Unpublished Doctoral Dissertation, University of Oxford, 1954.
- Markl, Dagoberto. "Estudo Introdutório." *Livro de Horas de D. Manuel*. Lisboa: Crédito Predial Português, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. 9-15.
- Mascagna, Rosalba. ed. M. Tulio Cicero. Tr. Alfonso de Cartagena. "Prefazione" a *Alfonso de Cartagena. La Rethorica de M. Tullio Cicerone*, Nápoles: Liguori, 1969.
- Merêa, Paulo "As teorias políticas medievais no Tratado da Virtuosa Bemfeitoria." Ed. Paulo Merêa. *Estudos de História do Direito*. Coimbra: Coimbra Editora, 1923. 183-227.
- Monteiro, João Gouveia. "Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (A literatura dos Príncipes de Avis)." *Vértice* (2ª Série) 5 (1988): 89-103.
- Nascimento, Aires Augusto. "As livrarias dos príncipes de Avis." *Biblos* 69 (1993a): 265-87. [*Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro (25 a 27 de Novembro de 1992)*].
- . "Bíblia: traduções em português." Eds. Giulia Lanciani & Giuseppe Tavani. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993b. 88-92.
- . "A livraria de D. Teodósio I, Duque de Bragança." *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*. Évora: Instituto Superior de Teologia, Seminário Maior de Évora, 1994. I, 209-20.
- Pagden, A. R. D. "The Diffusion of Aristotle's Moral Philosophy in Spain, ca. 1400-1600." *Traditio* 30 (1975): 287-313.
- Peixeiro, Horácio. "A iluminura portuguesa nos séculos XIV e XV." *A Iluminura em Portugal. Identidade e Influências, Catálogo da Exposição (26 de Abril a 30 de Junho 1999)*. Lisboa: Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, 1999. 287-331.
- Pereira, Francisco M. Esteves. João I. *Livro da montaria*. Coimbra: Universidade, 1918.
- Piel, Joseph, ed. D. Duarte. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. [fac-símile da edição crítica de 1944].
- , ed. D. Pedro. *Livro dos Ofícios*. Coimbra: Universidade, 1948.
- , ed. D. Duarte. *Leal Conselheiro*. Lisboa: Libreria Bertrand, 1942.

- Pinho, Sebastião Tavares de. "O Infante D. Pedro e a 'Escola' de tradutores da corte de Avis." *Biblos* 69 (1993): 129-53. [*Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro (25 a 27 de Novembro de 1992)*].
- Queirós, Francisco Fortunato. *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822)*. I Parte. Porto: Centro da História da Universidade do Porto, 1983.
- Ramalho, Américo da Costa. "D. João II, a Jarreteira e o padrão." Ed. Américo da Costa Ramalho. *Estudos sobre a Época do Renascimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1969. 9-29.
- Rebelo, Luís de Sousa, *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- Ricard, Robert. "Les lectures spirituelles de l'infant Ferdinand de Portugal (1437)." *Études sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970. 53-61.
- Robey, David. "Humanism and Education in the Early Quattrocento: The *Ingenuis Moribus* of P. P. Vergerio." *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* 42 (1980): 27-58.
- Roquette, J. I., ed. Intr. Visconde de Santarem. D. Duarte. *Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte, seguido do Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sella, que fez o mesmo rei, o qual começou em sendo infante*. Paris: Aillaud, 1854.
- Rossi, Luciano. "Livro de Tristan." Organização e coordenação Giulia Lanciani & Giuseppe Tavani. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. 414-15.
- Russel P. E. "Robert Payn and Juan de Cuenca, Translators of Gower's *Confessio Amantis*." *Medium Aevum* 30 (1961): 27-32.
- Sá, Artur Moreira de, ed. Pseudo-Aristóteles. *Segredo dos Segredos. Tradução Portuguesa, segundo um Manuscrito Inédito do Século XV*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1960.
- . "Livros de uso de Frei Diogo de Murça." *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 33 (1977): 69-109.
- , ed. Infante D. Pedro. *A 'carta de Bruges' do Infante D. Pedro*. *Biblos* 28 (1952): 33-54.
- Salazar, Abdón. "El impacto humanístico de las misiones diplomáticas de Alonso de Cartagena en la corte de Portugal entre medievo y renacimiento (1421-1431)." Ed. A. D. Deyermond. *Medieval Hispanic Studies Presented to Rita Hamilton*. Londres: Támesis Books, 1976. 215-26.
- Santano Moreno, Bernardo. "The Fifteenth-Century Portuguese and Castilian Translations of John Gower, *Confessio Amantis*." *Manuscripta* 35 (1991): 23-34.
- Santos, Maria José de Azevedo. "A cultura portuguesa no século XV da Universidade à Corte." *Revista Portuguesa de História* 31 (1996): I, 243-74. [*Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut*].

- Saraiva, António José. *História da Cultura em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Jornal do Foro, 1950.
- Scanlon, Larry. "The King's Two Voices. Narrative and Power in Hoccleve's Regiment of Princes." Ed. Lee Patterson. *Literary Practice and Social Change in Britain, 1380-1530*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1990. 216-47.
- Scattergood, V. J. "Literary Culture at the Court of Richard II." Eds. V. J. Scattergood & J. W. Sherborne. *English Court Culture in the Later Middle Ages*. Londres: Gerald Duckworth & Co., 1983. 29-44.
- Sears, Helen. "The Rimado de Palácio and the 'De Regimine Principum' Tradition of the Middle Ages." *Hispanic Review* 20.1 (1952): 1-27.
- Serrano, P. Luciano. *Los conversos D. Pablo de Santa Maria y D. Alfonso de Cartagena, Obispos de Burgos, gobernantes, diplomaticos y escritores*. Madrid: Publicaciones de la Escuela de Estudios Hebraicos, 1942.
- Silva, Elsa Maria Branco da. *O 'Cathecismo Pequeno' de D. Diogo Ortiz Bispo de Viseu*. Lisboa: Colibri, 2001.
- Soares, Nair de Castro. "A Virtuosa Benfeitoria, primeiro tratado de educação de príncipes em português." *Biblos* 69 (1993): 289-314. [Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro (25-27 de Nov de 1992)].
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, ed. D. Pedro. "Introdução" e "Apêndices" em seu *Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922. 1-60; 121-43.
- Viterbo, Francisco de Sousa. "A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 9.1 (1902): 1-73.
- Xavier, Cândido José. "Resenha Analytica." *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* 8 (Parte I) (1820a): 3-35. [Sobre o *Leal Conselheiro*].
- . "Resenha Analytica." 9 (Parte I) (1820b): 92-127. [Sobre o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela*].
- Zarco Cuevas, Julián. *Catálogo de los Manuscritos Castellanos de la Real Biblioteca de El Escorial*. Vol. I. Madrid: El Escorial: [s.i.], 1924.